

Estado de Bem-Estar Social e Democracia

The Social Welfare State and Democracy

Nilson do Rosário Costa ¹

¹ *Departamento de Ciências Sociais Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro RJ Brasil.*

O artigo *Welfare State Resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE* de Kerstenetzky e Guedes¹ oferece uma desafiadora contribuição à compreensão do desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social nas últimas quatro décadas. A despeito de não tratar das alterações nas regras de elegibilidade, no tamanho dos benefícios e na densidade da provisão, o artigo apresenta e analisa um conjunto valioso de indicadores de gastos sociais.

Utilizando a tipologia dos regimes de *Welfare State* de Esping-Andersen², as autoras demonstram que ocorreu no período 1990-2016 a expansão generalizada dos gastos sociais nos diferentes grupos de países; a corrida para cima, com os países retardatários diminuindo a distância dos líderes e a permanência na liderança na proteção social dos países nórdicos. Desse modo, o Estado de Bem-Estar Social não encolheu, ao contrário dilatou-se, pelo aumento da tributação, permanência da progressividade e orientação redistributiva¹.

O artigo contesta, assim, os prognósticos das ciências sociais sobre o irremediável declínio do Estado de Bem-Estar nas sociedades capitalistas. A partir dessas previsões, tornou-se corriqueiro associar as mudanças no regime de acumulação, a ofensiva neoliberal e a globalização à completa reorganização do Estado de Bem-Estar social, desconsiderando as idiosincrasias nacionais. Em 1997, Fiori, por exemplo, afirmou que “ocorreu uma confluência e sucessão de acontecimentos (...) que acabaram abalando, de forma aparentemente definitiva, as bases em que se sustentavam as pilstras do Welfare State dos anos 50/60”³.

Dois comentários ao excelente artigo: primeiro, o diálogo com a contribuição Pierson ao tema da crise da proteção social na Inglaterra e Estados Unidos, especialmente no livro *Dismantling de*

*Welfare State*⁴, poderia ser mais extenso. O autor trouxe para a cena a mediação de variáveis institucionais e de dependência de trajetória para a análise dos processos políticos contemporâneos, indicando um marco teórico para a compreensão das iniciativas de demolição do Estado de Bem-Estar Social. Com base no neoinstitucionalismo histórico, Pierson chamou a atenção para os vetos à agenda conservadora nas democracias partidárias competitivas, particularmente pelas preocupações eleitorais da classe política. O autor identificou também que o efeito das reformas estruturais foi mais contundente nos programas focalizados nos pobres do que nas políticas sociais universalistas. Estas últimas seriam mais *resilientes* em função da advocacia de defesa dos beneficiários, usuários e burocracia pública.

Segundo, a classificação em regimes Social Democrata, Conservador e Liberal proposta por Esping-Andersen é muito apropriada para a descrição dos Estados de Bem-Estar social, mesmo que sujeita à correção⁵. Porém, a aplicação na análise de políticas sociais setoriais exige certa calibração. No setor saúde, por exemplo, a tipificação da Inglaterra como um regime liberal não é empiricamente aceitável. Naquele país ocorreu o desenvolvimento pioneiro do modelo de Sistema Nacional de Saúde (SNS) universal e financiado por fontes fiscais. O SNS inglês definiu, paradoxalmente, um regime institucional-redistributivo na assistência à saúde em uma sociedade com um regime liberal-meritocrático de proteção social.

Referências

1. Kerstenetzky CL, Guedes GP. O Welfare State Resiste? Desenvolvimentos Recentes do Estado Social nos Países da OCDE. *Cien Saude Colet* 2018; 23(7):2095-2106.
2. Esping-Andersen G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. New Jersey: Princeton University Press; 1990.
3. Fiori JL. O Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. *Physis* 1997; 7(2):147.
4. Pierson P. *Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher, and the Politics of Retrenchment*. Cambridge: Cambridge University Press; 1995.
5. Ferrera M. The ‘Southern’ Model of Welfare in Social Europe. *J Eur Soc Policy* 1996; 6(1):17-37.

